

A POLÍTICA DOS ARTESANATOS

MOBILIZAÇÃO DE OBJETOS E LUTA POR DIREITOS QUILOMBOLAS EM PARATY, RIO DE JANEIRO

Leonardo da Silva Vidal

Doutorando e Mestre em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF)

Resumo: Este artigo aborda a mobilização de artesanatos como estratégia de garantia e manutenção do direito territorial quilombola. Por meio de pesquisa etnográfica realizada com artesãs e artesões do Quilombo Campinho da Independência, localizado em Paraty/RJ, investigou-se o processo de etnicização e constituição do valor político de objetos materiais, hoje categorizados enquanto artesanatos. A investigação a respeito deste processo de atribuição de sentidos políticos aos objetos deu-se a partir da análise histórica e processual da política de valor dos artesanatos. Para além de uma alternativa econômica, os artesanatos são instrumentos de estratégia coletiva na luta por direitos políticos pautados na etnicidade.

Palavras-chave: Antropologia Política; Identidade Étnica; Quilombos; Artesanato.

Abstract: This article approaches the mobilization of handicrafts as a strategy to guarantee and maintain quilombola territorial rights. Through ethnographic research carried out with artisans from Quilombo Campinho da Independência, located in Paraty/RJ, the process of ethnicization and constitution of the political value of material objects, today categorized as handicrafts, was investigated. The investigation into this process of attributing political meanings to objects was based on the historical and procedural analysis of the value policy of crafts. In addition to being an economic alternative, handicrafts are instruments of collective strategy in the fight for political rights based on ethnicity.

Keywords: Political Anthropology; Ethnic Identity; Quilombo; Handicraft.

INTRODUÇÃO

Quilombola é a casa de estuque. Só que aí veio a casa de alvenaria então deixamos a loja como representante do quilombo, que é quilombola né. A loja de estuque, então, não pode desmanchar. Tem que ser de estuque mesmo. Representar o nosso lugar, senão vão chegar aí e cadê? Não tem nenhuma casa de estuque no lugar e vocês são quilombolatas? Porque quando o governo vier, cadê? [...]. Não pode ficar sem, senão o governo vai e toma nossas terras e dão para outro.

Essa foi uma fala (2023) de um dos artesãos do Quilombo Campinho da Independência (Paraty/RJ) a respeito da casa de artesanato comunitária ser uma construção aos moldes de uma casa de estuque¹. Foi a partir deste momento que dei a devida atenção etnográfica à relação entre os artesanatos² e a luta por direitos quilombolatas.

Os artesanatos são objetos em constante fluxo. Essencialmente manual, individualizado e, ao mesmo tempo coletivo e mutável, o trabalho artesanal é desenvolvido em contextos heterogêneos e diversificados a partir do tempo e da liberdade de criação de artesãs e artesãos em relação à forma, aos materiais e às tecnologias empregadas. Utilizados como fonte de renda, são também preenchidos por categorias sociais de significação oriundas de diferentes modos e visões de vida, fazeres e estéticas. Esses objetos compõem o universo de alternativas econômicas e elementos culturais característicos do grupo.

O Quilombo do Campinho é uma comunidade³ que está em sua sétima geração e possui sua referência histórica em comum no mito das três mulheres (Gusmão, 1995) trazidas na condição de escravizadas para a antiga Fazenda Independência, localizada em Paraty. Com a decadência do engenho, as terras da fazenda foram doadas para as três mulheres, configurando-se, assim, como terras de preto (Almeida, 2008). Foi nessa ocupação descontínua do território (Lima, 2009)⁴, compreendido entre as antigas fazendas da

¹ Casa de artesanato é a denominação dos espaços de comercialização dos artesanatos dentro do Campinho. Estuque é um tipo de construção na qual se utiliza a técnica do pau a pique. A casa de estuque é considerada a casa tradicional quilombola

² A categoria artesanato foi introduzida por meio da relação com os comerciantes da cidade e com turistas.

³ Denominação utilizada pelos próprios moradores do Campinho.

⁴ Descrevo na dissertação diferentes projetos de colonização agrícola baseados em um discurso de desenvolvimento e modernização promovidos pelos governos federal e estadual que atingem os moradores do Campinho, forçando-os a uma sedentarização e uma nova

Independência e de Paraty-Mirim, denominado de Sertão da Independência, que se deu a formação de um campesinato negro (Gomes, 2015) constituído por meio da produção agrícola em roças de feijão, milho, cana e hortaliças, sobretudo a produção da farinha de mandioca, a qual era alimento básico de consumo e também de comércio (Gusmão, 1995). Balaios, tipitis e peneiras, portanto, já estavam presentes nas relações e atividades do cotidiano da comunidade para usos pessoais e coletivos, principalmente no trabalho na roça, antes mesmo de serem comercializados e classificados como artesanato.

A análise da situação colonial (Balandier, 1993) que constitui historicamente o Campinho é imprescindível para perceber a condição social e econômica vivenciada por seus moradores. Com a estigmatização dos sujeitos, o crescimento da comunidade e as dificuldades de obtenção de renda, um núcleo familiar específico passou a comercializar esses artefatos utilizados no trabalho na roça, tanto para comerciantes e moradores da cidade quanto para os outros núcleos familiares do Campinho e bairros próximos. Ao longo do tempo, outras famílias começaram também a produzir esses e outros objetos para vender na cidade, configurando, então, uma possibilidade de geração de renda para além da venda da farinha e dos esporádicos serviços que surgiam para os homens em outros municípios. Portanto, de artefatos a mercadorias utilizadas no trabalho na roça, a situação mercantil desses objetos começa a se conformar como seu traço social mais relevante (Appadurai, 2008).

A comercialização desses objetos sofre alterações a partir da mudança da condição de posseiros para a condição quilombola. No processo de reconhecimento étnico descrito por Lima (2009) em sua etnografia, é possível perceber que os artesanatos possuem um papel essencial como elemento de construção identitária no contexto de construção de Paraty como um destino turístico, sendo considerados “uma marca do grupo negro de Campinho frente a outros grupos da região” (Gusmão, 1997, p. 4). O processo de reconhecimento étnico representou o começo de inúmeros projetos desenvolvimentistas de forma que o Campinho se tornou o que Grunewald (2003) denomina de uma comunidade etnoturística, atendendo ao gosto pelo exótico e pelo diferente dos turistas. Os artesanatos, neste contexto, são agregados de um valor cultural o qual os insere no universo de elementos tradicionais da cultura quilombola.

organização territorial que formam “cercas vivas em torno do grupo negro” (Gusmão, 1995, p. 122). Essas ações governamentais impactaram diretamente na delimitação da terra.

O cenário atual do trabalho das artesãs e dos artesãos do Campinho é caracterizado pela comercialização dentro do território por meio de cinco casas de artesanato, além da grande quantidade de encomendas para todo o país e também participação em exposições e oficinas diversas. Os artesanatos são classificados como uma das principais atividades produtivas, sendo reconhecidos como o forte da comunidade, visto que são fundamentais na reprodução social e econômica do grupo. Porém, tal força não se atribui apenas a isso.

Os artesanatos são instrumentos de estratégia coletiva para garantia e manutenção de direitos políticos, especialmente o direito territorial. Ao longo das transformações sociais no Campinho⁵, há uma substituição da utilidade prática por uma utilidade política desses objetos, ou seja, o uso desses objetos passa a não ser mais uma realidade no interior das unidades domésticas, dando lugar a um uso conformado de sentido político, o qual tem sua constituição a partir do processo de reconhecimento étnico. A singularidade de significações e agenciamento dos sujeitos a partir de suas relações sociais remete ao próprio processo de constituição e constante mudança da comunidade, evidenciando uma mudança também em relação ao quadro valorativo dos objetos na medida em que são mobilizados no processo de afirmação da identidade quilombola.

Proponho-me, neste sentido, apresentar o processo de atribuição de sentidos políticos aos artesanatos no Quilombo do Campinho, trazendo análises desenvolvidas na dissertação, assim como alguns desdobramentos. Para isso, o artigo está organizado a partir de três momentos que identifico uma relação entre artesanatos e política, as quais destaco como fundamentais na constituição da identidade étnica do grupo ao mesmo tempo que são fundamentais também na constituição da dimensão política desses objetos. Em um primeiro momento, descreverei o contexto de articulação da luta em defesa da terra, apresentando o lugar dos objetos nessa luta. Em seguida, apresentarei questões acerca do reconhecimento étnico do Campinho e a etnicização dos artesanatos, com destaque ao projeto de desenvolvimento sustentável da comunidade e ao processo de turistificação do município de Paraty. Por fim, destacarei três ações os quais foram imprescindíveis para minha compreensão a respeito da mobilização dos artesanatos como

⁵ O que se evidencia neste ponto é uma noção essencializada de quilombo que tem as transformações sociais, especialmente aquelas relacionadas a melhoria da infraestrutura na comunidade como casas de alvenaria, energia elétrica, internet, dentre outras, como perda de uma essência da identidade quilombola. Nos artesanatos essa noção se expressa na não utilização dos objetos no cotidiano dos próprios produtores.

estratégia de manutenção do direito territorial quilombola no Quilombo do Campinho.

METODOLOGIA

O presente texto é resultado do trabalho de campo etnográfico realizado com as artesãs e os artesãos do Quilombo do Campinho durante três meses ininterruptos, entre fevereiro e abril de 2023, para elaboração da minha dissertação de mestrado. O trabalho de campo foi realizado por meio de alguns recursos que auxiliaram a delimitação do universo etnográfico da pesquisa, como entrevistas formais e informais, observação e produção de narrativas imagéticas, utilizando como instrumentos um caderno e um gravador para tomar notas, meu próprio celular para a produção de fotografias e vídeos e a elaboração de um diário de campo feito sempre ao fim do dia. A pesquisa foi realizada com artesãs e artesãos de diferentes núcleos familiares, especificamente as famílias que possuem casas de artesanato.

Importante ressaltar, que os objetos não são tomados nesta pesquisa como entidades isoladas em um universo próprio, mas como estratégia metodológica e teórica (Bitter, 2010) e em constante fluxo e movimento (Appadurai, 2008). Os percursos dos objetos os quais me propus a seguir me guiaram até a história da formação do Quilombo Campinho da Independência e ao entendimento dos artesanatos como elementos essenciais nos processos de constituição do grupo, sobretudo na garantia e na manutenção de seus direitos políticos.

A LUTA EM DEFESA DA TERRA

O município de Paraty passa por diferentes ciclos econômicos que posicionam a região como prioridade na formação nacional, sobretudo na economia colonial e imperial. Sua localização geográfica favoreceu a posição da cidade como um importante entreposto comercial, principalmente de africanos escravizados, e como um dos principais portos de escoamento das produções de ouro e café do país. Entretanto, esse prestígio é afetado pelo projeto de modernização do Império após a inauguração da Ferrovia Pedro II na segunda metade do século XIX (Ibram, 2022). As consequências desse projeto para Paraty são resumidas em uma decadência econômica e uma diminuição populacional devido ao êxodo de jovens, corroborando com a construção de uma narrativa a qual marca o início de um período de decadência e isolamento do município.

A década de 1950 marca um novo ciclo de Paraty, desta vez o ciclo do turismo. A construção de uma estrada ligando Paraty e a cidade de Cunha, em São Paulo, é o passo inicial que viabiliza a incipiente chegada de empreendimentos turísticos. Entretanto, foi apenas entre as décadas de 1960 e 1970 que o ciclo do turismo começou a se estruturar no município com o grande projeto do trecho da rodovia BR 101 conhecido como Rio-Santos.

Sua construção esteve relacionada com o Plano de Aproveitamento Turístico, conhecido como Projeto Turis, elaborado pela empresa francesa *Scet Internacional* e sob responsabilidade da Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur) entre 1972 e 1973, cujo objetivo era a turistificação da região litorânea denominada de Costa Verde⁶, a qual por meio desse processo atingiria as etapas de seu pleno desenvolvimento (Embratur, 1975). A abertura da estrada integra o conjunto de obras realizadas durante a ditadura militar que representam o avanço da fronteira capitalista em território nacional, sendo conhecida como a estrada do turismo (Fontanelli, 2018). A Rio-Santos, portanto, abriu os caminhos para o turismo na região (Feitosa; Silva, 2015), simbolizando a modernização desse litoral, dado que, como consta no projeto, “cada novo palmo de estrada consegue medir um novo índice de desenvolvimento potencial” (Embratur, 1975, p. 1).

O papel da Embratur como instrumento do Estado na política de reordenamento⁷ propunha ações de produzir, fixar, reproduzir e legitimar representações e símbolos de uma identidade nacionalista (Alfonso, 2006; Andrade, 2020). “A EMBRATUR fruía de poderes excepcionais: legislava e executava ao mesmo tempo” (Cavalcanti; Hora, 2002, p. 60), confirmado, assim, a sua importância no processo civilizador. A agência, enquanto um dispositivo legal na formação nacional, colabora com o projeto colonizador em Paraty na medida em que declara a região como prioritária para o turismo nacional e internacional, corroborando, neste sentido, com a manutenção do controle e poder do Estado no município.

As ações da Embratur “balizaram a concepção governamental de progresso do país, unindo as diretrizes para as atividades da indústria do turismo ao interesse governamental de desenvolvimento econômico” (Feitosa; Silva, 2015, p. 299), ao passo que “tinha como uma de suas atribuições, a celebração de estudos e convênios no interesse da indústria

⁶ Denominação utilizada para referenciar a região turística localizada entre o litoral sul do estado do Rio de Janeiro e o litoral norte do estado de São Paulo. Foi definida como região prioritária para o desenvolvimento do turismo a nível nacional durante a ditadura militar.

⁷ Para aprofundamento no papel político da EMBRATUR como formadora de imagens da identidade nacional, ver a etnografia de Alfonso (2006) sobre a história da agência.

nacional de turismo" (Feitosa; Silva, 2015, p. 300). Para além de reordenar o território, o projeto também tinha como objetivo capacitar técnicos brasileiros nas metodologias estrangeiras de planejamento turístico. Como é possível perceber, a Embratur cumpre um papel fundamental no projeto de formação nacional por meio do controle da expansão do turismo no país. Compreendo, à vista disso, que os processos de turistificação são ações do governo integradas aos processos de formação de Estado e construção da nação⁸.

No município de Paraty, essa territorialização turística é promovida pela construção de uma narrativa centrada na noção de isolamento e na preservação histórico-cultural e natural da região, justificativas que legitimam o projeto. Esta característica peculiar de Paraty evoca uma visão romântica do passado (Silva, 2004), apresentando-o como um local não alcançado pela modernidade. Tal visão contribui para a formação de um imaginário exotizante, retratando Paraty como um lugar perdido no tempo em um contexto de redescoberta. Segundo Silva (2004), essa perspectiva incentivou a manutenção de manifestações culturais por uma elite cultural motivada pelo interesse no exótico e culturalmente distinto.

A abertura da Rio-Santos trouxe também o que alguns moradores chamam de pacote BR. A sua chegada traz inúmeros desafios para o Campinho, como a especulação imobiliária, o assalariamento da força de trabalho e novas relações de poder e dominação. Essa expansão capitalista em Paraty provoca também uma reestruturação agrária em termos de terra e trabalho (Gusmão, 1995), estimulando, como resultado, inúmeros conflitos fundiários no município. O intenso processo de turistificação acarretou uma crescente valorização das terras em Paraty, ocasionando o aparecimento de herdeiros que reivindicavam a reintegração de posse⁹ das terras ocupadas

⁸ Esta afirmação possui como base os apontamentos de Lima (2013; 2015) e Lima e Dias (2021) a respeito dos estudos de ações do governo, em outras palavras, as políticas públicas como parte do processo de "fazer-se Estado", para além dos seus limites jurídicos e formado por múltiplos atores envolvidos no processo, privilegiando as dimensões de processo, fluxo e performance na abordagem antropológica do Estado.

⁹ Antes mesmo da chegada desses herdeiros, já existiam conflitos fundiários, especialmente após o tombamento de Paraty em 1958 e o título de Monumento Nacional em 1966, como sinaliza Gusmão (1995). Além disso, as terras também eram alvo de constantes tentativas de expropriação por parte dos fazendeiros de Paraty-Mirim (Lima, 2009; Feitosa, 2016). Descrevo de maneira mais extensa em minha dissertação os diferentes conflitos fundiários do Campinho, tanto em relação às ações de fazendeiros e pretensos donos das terras quanto em relação às ações do Estado.

pelos moradores do Campinho. Foi neste cenário que se articulou a luta em defesa da terra.

A comunidade construiu sua luta por meio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paraty (STRP) e pela organização em torno de uma Comunidade Eclesial de Base (CEB) ligada à Comissão Pastoral da Terra (CPT) da região. Em 1975, os moradores buscaram seus direitos frente à ameaça de um novo dono, recorrendo à ajuda, em um primeiro momento, do STRP e, posteriormente, da CPT, a qual auxilia o grupo na instauração da ação de usucapião pelas famílias. Nesse contexto, apesar de parecerem ser invisíveis, os objetos possuem o seu lugar de destaque.

O custeio do pagamento do advogado responsável pela ação de usucapião acontecia por meio de uma arrecadação comunitária entre as famílias. A maior parte do dinheiro arrecadado foi proveniente da venda da farinha de mandioca que tinha em seu processo de produção o uso de tipiti, peneiras e balaios, além da própria venda desses objetos. A comercialização dessas mercadorias possibilitou a geração de renda para além das necessidades do cotidiano, mas também o custeamento da luta em defesa da terra. Esse é o primeiro momento em que um uso político pode ser identificado na relação entre os sujeitos e os artesanatos, mesmo que de forma incipiente e sem uma intenção explícita de mobilizá-los politicamente.

Encontramos nesse contexto a humildade das coisas descrita por Miller (2013), isto é, a inconsciência sobre as coisas materiais é um fator determinante do seu poder. Apesar de esquecidos ou comumente relegados a uma posição secundária na maioria das pesquisas sobre o Campinho, os objetos que hoje são denominados de artesanatos já eram mobilizados pelos moradores do Campinho em seus processos de resistência antes mesmo de serem classificados como o forte da comunidade. O valor político desses objetos começa, aqui, a se constituir como parte do mesmo processo de constituição do grupo. Afinal, como Miller (2013) afirma, a relação entre sujeitos e objetos é algo indissociável.

O ARTESANATO COMO O FORTE DA COMUNIDADE

O Quilombo do Campinho foi o oitavo território a ser reconhecido no país, sendo o primeiro do estado do Rio de Janeiro. O processo de reconhecimento étnico iniciou-se no final de 1997 com a inclusão do Campinho na lista dos 50 grupos quilombolas a serem reconhecidos pela Fundação Cultural Palmares (FCP), em convênio com o Ministério Público Federal (MPF), no projeto de âmbito nacional intitulado Mapeamento e

Sistematização das Áreas Remanescentes de Quilombo. No mesmo ano, o relatório do projeto foi elaborado (Gusmão, 1997) e, no ano seguinte, o laudo antropológico sobre o Campinho publicado (Brasil, 1998). Em março de 1999, foi realizada a outorga da titulação das terras e a certificação publicada no Diário Oficial da União (DOU) em março de 2013.

Lima (2009) destaca um intenso trabalho da Associação de Moradores do Quilombo do Campinho (AMOQC) na manipulação de elementos culturais para a construção da identidade quilombola do grupo. Os artesanatos, nesse contexto, são utilizados como instrumentos para garantia de direitos políticos, promovendo, assim, a etnicização desses objetos, dado que o artesanato é escolhido como um sinal diacrítico da identidade quilombola na organização social da diferença cultural. Esse processo marca o momento no qual os artesanatos adquirem significação na afirmação dessa identidade quilombola constituída por meio da memória como a referência que estrutura a luta e o direito à terra tradicionalmente ocupada que, de acordo com Almeida (2008), é a categoria utilizada com a finalidade de dar conta, acadêmica e politicamente, do reconhecimento das diversas formas de apropriação de recursos naturais, envolvendo atividades produtivas diversas como o artesanato, e abarcar a construção política de identidades coletivas.

A titulação das terras foi um passo fundamental para o começo de inúmeros projetos na comunidade. Logo após a titulação, a AMOQC foi convidada a participar de uma reunião em Brasília com a FCP e outros órgãos federais. Nesta ocasião, o artesanato foi reconhecido como uma atividade sustentável exercida no Quilombo do Campinho com potencial de manter os moradores trabalhando dentro da comunidade sem se submeter ao crescente assalariamento da força de trabalho decorrente da expansão dos empreendimentos turísticos em Paraty.

Esse já era um desejo da comunidade desde o aumento do turismo e o crescimento do assalariamento, uma vez que a demanda turística pelos artesanatos caracterizavam uma alternativa para fugir da exploração do trabalho, da necessidade de depender de um patrão e dos conflitos com os comerciantes da cidade, os quais compravam os artesanatos por preços mais baixos do que eram ofertados, visto que o grupo de artesãos tinham pouca margem de negociação porque dependiam das vendas, garantindo, assim, lucros altos para os comerciantes na revenda. Dessa forma, a construção de uma casa de artesanato comunitária foi uma oportunidade para que o grupo de artesãos conseguissem se organizar e assumir o controle da

comercialização dos seus artesanatos e, assim, começar a trabalhar sem sair da comunidade.

O reconhecimento do artesanato como o forte da comunidade pode ser entendido como uma ação estratégica na medida em que são elementos que materializam o imaginário exótico em torno da identidade quilombola e do modo de ser quilombo¹⁰ a fim de possibilitar o acesso do grupo às políticas públicas, mas também sua produção para consumo turístico. A organização em torno dessa atividade foi o ponto de partida para a organização da comunidade em torno da atividade turística¹¹ e tal reconhecimento, portanto, representa a incorporação do Campinho ao projeto de construção da Paraty turística por meio da formação de uma comunidade a ser ofertada ao mercado turístico e aos ávidos turistas em busca de um Outro exótico e diferente, característica latente do turismo étnico, como bem definida por Grunewald (2003).

O planejamento do turismo dentro da comunidade ocorreu a partir do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Comunidade de Campinho da Independência¹² promovido pela FCP, com apoio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), sob a supervisão do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA). Durante o mês de junho de 2000 ocorreram oficinas de planejamento com o objetivo de elaborar um diagnóstico da situação atual do Campinho, elaborar um plano de ação para o desenvolvimento sustentável da comunidade e identificar e estabelecer as parcerias para a implementação do plano. Os encontros contaram com a participação de representantes de movimentos sociais, pesquisadores, representantes de instituições governamentais, políticos e diversos outros participantes¹³. Foi promovido um mapeamento de problemas, oportunidades e pontos fortes, questões urgentes, possibilidades

¹⁰ Lima (2009) afirma que a regulação dessa etnicidade é feita por meio da legitimação e do reconhecimento de uma quilombocidade, a qual corresponde aos padrões operados pelo Estado como o modo de ser quilombo. Para ser remanescente de quilombo é preciso possuir certas características culturais e sociais esperadas, sendo a privação econômica e o desrespeito cultural características que constituem o sujeito quilombola, evidenciando, portanto, a redução da diversidade dos grupos quilombolas e a relação de poder vivenciada com o Estado.

¹¹ Destaca-se ações centrais da FCP nesse processo por meio da organização de diversos cursos, dentre eles um curso para formação de guias de turismo (Lima, 2009).

¹² Sua construção seguiu o Plano de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Remanescentes de Quilombo, plano nacional elaborado em abril de 2000 pela FCP.

¹³ Para além da presença de representantes da FCP, vale mencionar a presença de representantes da Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e da prefeitura de Paraty.

de parcerias interinstitucionais, estratégias de ação e os próximos passos após as oficinas.

Foram listadas diversas oportunidades para a comunidade, dentre elas, a formação de mercados para o artesanato em razão da valorização de produtos de origem étnica, ou seja, a “demanda por artigos com forte apelo étnico” (FCP; PRONAF, 2000, on-line), que teve seu início com o processo de turistificação do município, ocasionando o surgimento de uma nova demanda por esses objetos. A construção do município como um produto turístico baseado nas peculiaridades da narrativa de isolamento relaciona-se diretamente com o crescimento da demanda pelos artesanatos que, agora integrados à oferta de produtos turísticos, são consumidos por turistas como *souvenirs*, isto é, lembrancinhas de viagem¹⁴.

O plano possui uma clara intenção de estruturação da comunidade para exploração do “potencial ambiental e étnico do turismo” (FCP; PRONAF, 2000, on-line), visto como uma peculiaridade do Campinho. As ações, neste sentido, visavam incentivar e apoiar a comunidade na qualificação, promoção e comercialização das expressões materiais da cultura por meio da capacitação de artesãos nos processos de produção, identificação de mercados consumidores, negociação de recursos financeiros e a adequação do artesanato às demandas do mercado. Ou seja, aliado às melhorias nas condições de vida alcançadas pela luta política, cada vez mais o uso prático para as artesãs e os artesãos é substituído por uma produção destinada exclusivamente para a venda, constituindo, desta maneira, “um tráfego de mercadorias especial, em que identidades grupais de produtores são emblemas para as políticas de *status* dos consumidores” (Appadurai, 2009, p. 67).

A finalidade do plano de desenvolvimento sustentável foi integrar a comunidade no desenvolvimento nacional, assim como consta no próprio relatório. Entretanto, foi um planejamento realizado com base em um viés

¹⁴ O turismo é um fenômeno social caracterizado pela sua condição intangível. Por este motivo tem no *souvenir* um modo de materializar o imaginário e as experiências vividas durante uma viagem, apropriando-se do universo material com diversas finalidades, dentre elas a construção de identidades, especialmente quando objetos consumidos no interior de determinados grupos passam a ser produzidos para consumo de turistas, servindo de sinais diacríticos de identidades étnicas. Há uma vasta literatura científica sobre o tema, sendo também de interesse antropológico com pesquisas precursoras de Graburn (1976, 1984) e Cohen (1993), como também do antropólogo brasileiro Grunewald (1999, 2002, 2006) e, recentemente, Venancio (2020).

essencialista a fim de produzir uma ideia de alteridade absoluta¹⁵, isto é, estereótipos do nativo (Balandier, 1993). Os artesanatos, então, tornam-se algo reificado e essencializado a fim de atender as demandas do mercado turístico formado a partir da construção exótica da comunidade.

Além do plano de desenvolvimento sustentável, inúmeros projetos contribuíram para reforçar essa essencialização, como a criação do Ponto de Cultura Manoel Martins¹⁶ e o Projeto *Chantier*¹⁷, o qual insere-se naquilo que Hoffman (2010) denomina de gestão transnacional do território para fins de desenvolvimento sustentável por meio da cooperação internacional como peça chave na dinâmica da constituição de identidades étnicas. A situação precarizada do grupo foi a justificativa utilizada para legitimar a intervenção, sendo o discurso do desenvolvimento sustentável a porta de entrada. Contudo, considero importante não perder de vista que os sujeitos não estão em uma condição de passividade nesse processo.

A ESSENCIALIZAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA

Os projetos de desenvolvimento sustentável ao mesmo tempo que culminaram na criação de uma comunidade etnoturística com o viés essencializado, proporcionaram melhores condições de vida para os moradores da comunidade. A chegada da energia elétrica, por exemplo, proporcionou uma nova maneira de se ter luz na comunidade, agora sem depender do uso de lamparina e de fifó. Ocorreu, gradualmente, a substituição de inúmeros artefatos, agora artesanatos, por objetos industrializados no cotidiano da comunidade. Ao decorrer dessas transformações sociais, a figura

¹⁵ Em contraposição a uma noção de alteridade absoluta e reificada, Oliveira (2016) defende a existências de regimes de alteridade que representam os grupos étnicos em diferentes momentos históricos. Uma perspectiva na qual há a compreensão de que esse Outro se constitui historicamente nas relações sociais.

¹⁶ O reconhecimento do Quilombo do Campinho como um Ponto de Cultura teve a função de resgatar manifestações culturais tradicionais por meio de oficinas sobre cultura e ao artesanato quilombola, valorizando “os aspectos tidos como tradicionais da cultura quilombola, conferindo as especificidades dos sujeitos de direito” (Lima, 2009, p. 151). No Campinho as ações focaram na produção de artesanatos em cerâmica, os quais, atualmente, não são mais produzidos.

¹⁷ O Projeto *Chantier* foi realizado pelo Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária (Idaco) em parceria com a *Acteurs dans Le Monde Agricole et Rural* (AMAR) e o *Institut Beleville* entre 1988 e 2015. O objetivo do projeto era proporcionar um intercâmbio técnico entre as instituições participantes por meio da vinda de estudantes franceses ao Brasil a fim de realizar trocas de experiência e conhecimento, assim como formar mutirões solidários. No Campinho, esses estudantes estiveram envolvidos, por exemplo, com a reforma da casa de artesanato comunitária e a produção de sistemas agroflorestais.

do Estado emerge com a função de regulação da etnicidade, como aquele que tem o poder de definir o que é e o que não é característico da identidade quilombola, além de um poder de anulação dos direitos conquistados, principalmente o direito ao território, preocupação expressada na fala do artesão apresentada na introdução deste artigo. Os moradores do Campinho, nessa conjuntura, utilizam-se da essencialização como estratégia de mobilização coletiva para manutenção do território titulado, acionando elementos considerados tradicionais da cultura e da identidade quilombola, dentre eles o artesanato.

Alvim (1983) especifica duas visões existentes na relação entre artesanato e tradição. Uma visão que olha para o artesanato buscando uma ideia de algo tradicionalmente puro e outra visão que olha para a tradição do artesanato como fator de atraso e oposição à ideia de contemporaneidade e produção industrial capitalista. Todavia, para a autora, as duas perspectivas se unem a partir de uma postura evolucionista a qual toma esses objetos como parte de uma sociedade tradicional, ora puros ora atrasados, que constituem um outro mundo, minimizando, assim, o significado sociológico das relações sociais e a contemporaneidade dos artesanatos. A dimensão tradicional é o conjunto de práticas sociais e culturais que são materialmente reproduzidas por meio do trabalho de artesãs e artesãos (Alvim, 1983).

De fato, como Grunewald (2012, p. 186) salienta, “tradição, embora seja algo intrinsecamente político, encontra expressão ideal no domínio da cultura”. A mobilização desses objetos com fins decorativos reforça que as tradições “requerem atualização prática (geralmente ritualizada) e organizam o passado em relação ao presente, tornando o primeiro não primariamente preservado, mas sim continuamente reconstruído” (Grunewald, 2012, p. 186). A tradição artesanal, portanto, é um mecanismo de reafirmação da identidade quilombola. Apresento, adiante, três formas de mobilização coletiva dos artesanatos para tal finalidade.

A arena do ritual turístico¹⁸ é um espaço de negociação no processo de construção da etnicidade na medida em que os sujeitos se apropriam do turismo como um meio para criar e manipular os elementos culturais constitutivos da identidade quilombola. Os artesanatos são mobilizados na ambientação do local em diferentes cantos da sala, pendurados nas paredes, ao lado da escada de acesso, nas lâmpadas do teto e ao longo da contação de

¹⁸ As arenas turísticas são os espaços sociais onde se desenvolvem as experiências turísticas (Grunewald, 2003), as quais podem ser entendidas enquanto uma prática ritual (Graburn, 1977).

histórias por mestras e mestres griô para afirmar a atividade como tradição da identidade do grupo (figura 1).

Figura 1: Artesanatos compondo a estética do ambiente

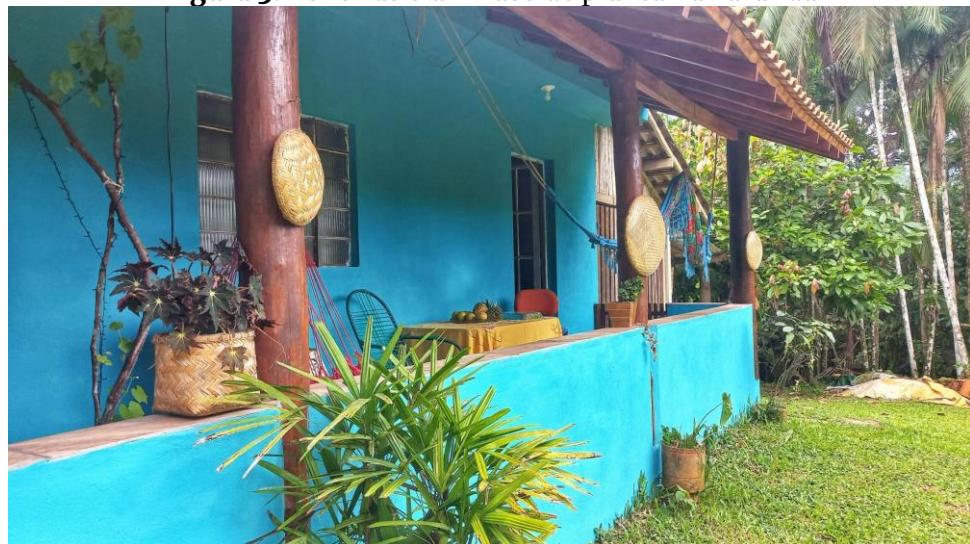


Fonte: Acervo próprio, 2023.

A utilização dos artesanatos com fins de decoração não se limita ao espaço de recepção de turistas. É comum os núcleos familiares que exercem essa atividade produtiva colocarem alguns objetos nas paredes de suas varandas (figuras 2 e 3) para demonstrar que ainda existe alguma utilidade prática para quem os produz, já que suas casas de artesanato são próximas de suas moradias, então, é uma forma de evitar questionamentos de seus direitos a partir da relação entre a utilização desses objetos e a identidade quilombola. Tais contestações são recorrentes, sobretudo por parte de turistas que visitam a comunidade em busca de um quilombo autêntico.

Figura 2: Peneira e samburá pendurados na parede

Fonte: Acervo próprio, 2023.

Figura 3: Peneiras e um vaso de planta na varanda

Fonte: Acervo próprio, 2023.

As matérias primas também são mobilizadas da mesma maneira, especialmente a fibra da taboa. Essa fibra vegetal precisa secar por dias após ser cortada do brejo para que as artesãs e os artesões consigam usá-la na produção dos artesanatos. Essa secagem é feita tanto em suas moradias (figura 4) quanto nas casas de artesanato para que fique visível aos consumidores, ratificando, assim, a tradição do trabalho artesanal agregado de valor cultural.

Figura 4: Fibras de taboa secando no telhado da casa de uma artesã



Fonte: Acervo próprio, 2023.

As casas de artesanato também são recursos estratégicos na defesa do território. Antes da Rio-Santos as moradias no Campinho eram casas de estuque, nas quais utilizava-se o barro, pois não tinham recursos financeiros suficientes para comprar os materiais necessários para uma construção de alvenaria. A casa em estuque é uma das formas de ocupação coletiva na comunidade como consequência histórica e social da colonização que, de acordo com Lima (2009), tornou-se símbolo da vida tradicional no Campinho. O barro nas casas de artesanato representa esse modo de existência histórico e coletivo que conforma a territorialidade específica (Almeida, 2008) e esclarece o sentido político na escolha de sua construção em alvenaria, mas revestimento em barro (figura 5).

Figura 5: Parede externa da casa de artesanato com tijolo aparente



Fonte: Acervo próprio, 2023.

Os elementos constituintes da identidade quilombola que garantiram acesso à direitos, tais como os artesanatos, passam a ser agenciados pelos moradores do Campinho como estratégia na manutenção desses direitos conquistados, especialmente o territorial. Pude perceber que “a ideia essencialista de cultura torna-se um campo político, tanto um instrumento de auto-afirmação identitária, quanto uma linguagem jurídica de atribuição de direitos” (Montero; Arruti; Pompa, 2011, p. 165). No Campinho, os artesanatos tornaram-se estratégias de mobilização étnica centrais na manutenção de direitos territoriais quilombolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetos materiais se configuraram como a minha porta de entrada para a compreensão histórica do processo de constituição do Quilombo do Campinho. O valor cultural atribuído aos artesanatos foi e continua sendo construído a partir das mudanças e das relações sociais e, por isso, é necessário percebê-lo para além de uma pura essência, mas como algo político. Não se dormia em esteira de taboa ou utilizava lamparina por escolha. O processo de constituição do Campinho como uma comunidade remanescente de quilombo dá o contorno étnico aos objetos da mesma forma que esses objetos constroem a identidade quilombola do grupo.

Acompanhar o fluxo e o movimento dos artesanatos no Quilombo do Campinho me proporcionou um olhar mais atento para a conformação de uma política de valor (Appadurai, 2009, p. 78), sendo que a “política (em um sentido mais amplo de relações, suposições e disputas relativas ao poder) é o vínculo entre regimes de valor e fluxos de mercadorias específicos”. Esta política assume diferentes formas e envolve diferentes interesses. Por este motivo, identifico essa mobilização dos artesanatos no Quilombo do Campinho como uma política de manipulação e negociação. A política dos artesanatos, portanto, pode ser entendida, nos termos de uma politização da cultura (Turner, 1991; Wright, 1998), como as mobilizações e as atribuições de sentidos políticos aos objetos, em especial étnicos, nos processos de reinvenção dos grupos, logo no próprio processo de construção de identidades étnicas e de reivindicações coletivas.

REFERÊNCIAS

- ALFONSO, LOUISE PRADO. **EMBRATUR**: FORMADORA DE IMAGENS DA NAÇÃO BRASILEIRA. ORIENTADOR: OMAR RIBEIRO THOMAZ. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM ANTROPOLOGIA), INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS, UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, 2006.
- ALMEIDA, ALFREDO WAGNER BERNO DE. **TERRAS DE QUILOMBO, TERRAS INDÍGENAS, “BABAÇUAIS LIVRES”, “CASTANHAIS DO PVO”, FAIXINAIS E FUNDOS DE PASTO: TERRAS TRADICIONALMENTE OCUPADAS**. MANAUS: PPGSCA-UFAM, 2008.
- ALVIM, MARIA ROSILENE BARBOSA. ARTESANATO, TRADIÇÃO E MUDANÇA SOCIAL: UM ESTUDO A PARTIR DA ARTE DO OURO DE JUAZEIRO DO NORTE. In: RIBEIRO, BERTA. **O ARTESÃO TRADICIONAL E SEU PAPEL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**. RIO DE JANEIRO: FUNARTE; INSTITUTO NACIONAL DO FOLCLORE, P. 49-75, 1983.
- ANDRADE, EDILENE MUNIZ. A IDENTIDADE DE ESTADO NAÇÃO NO REGIME CIVIL MILITAR BRASILEIRO: CULTURA E REPRESENTAÇÃO. In: SILVA, JAILSON PEREIRA. **CULTURA POLÍTICA E USOS DO PASSADO**. SOBRAL, CE: SERTÃO CULT, 2020.
- APPADURAI, ARJUN. MERCADORIAS E A POLÍTICA DE VALOR. In: _____. **A VIDA SOCIAL DAS COISAS: AS MERCADORIAS SOB UMA PERSPECTIVA CULTURAL**. NITERÓI: EDUFF, 2008, P. 15-87.
- BALANDIER, GEORGES. A NOÇÃO DE SITUAÇÃO COLONIAL. **CADERNOS DE CAMPO**, N. 3, P. 107-131, 1993.
- BITTER, DANIEL. **A BANDEIRA E A MÁSCARA: A CIRCULAÇÃO DE OBJETOS RITUAIS NAS FOLIAS DE REIS**. RIO DE JANEIRO: 7 LETRAS; IPHAN/CNFCP, 2010.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. APROVA O RELATÓRIO ELABORADO PELA ANTROPOLOGA NEUSA MARIA GUSMÃO E SUA EQUIPE DE PESQUISADORES SOBRE DELIMITAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DA COMUNIDADE REMANESCENTES DE QUILOMBO CAMPINHO DA INDEPENDÊNCIA. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO: SEÇÃO 1, BRASÍLIA, DF, N. 29, P. 155-156, 11 FEV. 1998.
- CAVALCANTI, KEILA BRANDÃO; HORA, ALBERTO SEGUNDO SPÍNOLA DA. POLÍTICA DE TURISMO NO BRASIL. **TURISMO EM ANÁLISE**, SÃO PAULO, V. 13, N. 2, P. 54-73, NOV. 2002.

COHEN, ERIK. INTRODUCTION: INVESTIGATING TOURIST ARTS. **ANNALS OF TOURISM RESEARCH**, V. 20, N. 1, P. 1-8, 1993.

EMBRATUR. TURIS: DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO LITORAL RIO-SANTOS. RIO DE JANEIRO: EMBRATUR, 1975.

FCP; PRONAF. MINISTÉRIO DA CULTURA/MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **RELATÓRIO DA OFICINA DE PLANEJAMENTO - PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA COMUNIDADE DE CAMPINHO DA INDEPENDÊNCIA**. JUN. 2000.

FEITOSA, ANNAGESSE. **FORMAS DE RESISTÊNCIA COTIDIANA: O CASO DE CAMPINHO DA INDEPENDÊNCIA NO LITORAL SUL DO RIO DE JANEIRO**. ORIENTADORA: LEONILDE SERVOLO DE MEDEIROS. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS). PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE, UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO, 2016.

FEITOSA, ANNAGESSE; SILVA, IBY MONTENEGRO DE. CONFLITOS POR TERRA E REPRESSÃO NO CAMPO NA REGIÃO DA COSTA VERDE, LITORAL SUL FLUMINENSE. IN: MEDEIROS, L. S. **CONFLITOS POR TERRA E REPRESSÃO NO CAMPO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (1946-1988)**. RELATÓRIO FINAL. RIO DE JANEIRO: CPDA, UFRRJ, 2015.

FERGUSON, JAMES. **LA MAQUINARIA ANTIPOLÍTICA: DESARROLLO, DESPOLITIZACIÓN Y PODER BUROCRÁTICO EN LESOTO**. IN: GALÁN, BEATRIZ PÉREZ. **ANTROPOLOGÍA E DESARROLLO**. MADRID: LA CATARATA, 2012.

FONTANELLI, MARIA DE MELLO. RIO-SANTOS: A PROMESSA DA MODERNIZAÇÃO E DO TURISMO, CONFLITOS DE TERRA E RESISTÊNCIA CAIÇARA. **TEMPOS HISTÓRICOS**, V. 22, P. 715-735, 2018.

GOMES, FLÁVIO DOS SANTOS. **MOCAMBOS E QUILOMBOS: UMA HISTÓRIA DO CAMPESINATO NEGRO NO BRASIL**. SÃO PAULO: CLARO ENIGMA, 2015. (COLEÇÃO AGENDA BRASILEIRA).

GRABURN, NELSON. **ETHNIC TOURIST ARTS: CULTURAL EXPRESSIONS FROM THE FOURTH WORLD**. BERKELEY: UNIVERSITY OF CALIFORNIA PRESS, 1976.

GRABURN, NELSON. **TOURISM: THE SACRED JOURNEY**. IN: SMITH, VALENE. (ED.). **HOSTS AND GUESTS: THE ANTHROPOLOGY OF TOURISM**. PHILADELPHIA: UNIVERSITY OF PENNSYLVANIA PRESS, P. 33-47, 1977.

GRABURN, NELSON. **THE EVOLUTION OF TOURIST ARTS**. **ANNALS OF TOURISM RESEARCH**, V. 11, N. 3, P. 393-419, 1984.

GRUNEWALD, RODRIGO DE AZEREDO. **OS ‘ÍNDIOS DO DESCOBRIMENTO’: TRADIÇÃO E TURISMO.** ORIENTADOR: JOÃO PACHECO DE OLIVEIRA. RIO DE JANEIRO: UFRJ/MN/PPGAS, 1999.

GRUNEWALD, RODRIGO DE AZEREDO. TOURISM AND CULTURAL REVIVAL. **ANNALS OF TOURISM RESEARCH**, V. 29, N. 4, P. 1004–1021, 2002.

GRUNEWALD, RODRIGO DE AZEREDO. TURISMO E ETNICIDADE. **HORIZONTES ANTROPOLÓGICOS**, PORTO ALEGRE, V. 9, N. 20, P. 141–159, 2003.

GRUNEWALD, RODRIGO DE AZEREDO. PATAXÓ TOURISM ART AND CULTURAL AUTHENTICITY. IN: SMITH, MELAINE; ROBINSON, MIKE (EDS.). **CULTURAL TOURISM IN A CHANGING WORLD: POLITICS, PARTICIPATION AND (RE)PRESENTATION**. CLEVEDON: CHANNEL VIEW, P. 203–214, 2006.

GRUNEWALD, RODRIGO DE AZEREDO. TRADIÇÃO. IN: **ANTROPOLOGIA E DIREITO: TEMAS ANTROPOLÓGICOS PARA ESTUDOS JURÍDICOS**. BRASÍLIA/RIO DE JANEIRO/BLUMENAU: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA/LACED/NOVA LETRA, P. 186–197, 2012.

GUSMÃO, NEUSA MARIA MENDES DE. **TERRAS DE PRETO, TERRAS DE MULHERES: TERRA, MULHER E RAÇA NUM BAIRRO RURAL NEGRO**. BRASÍLIA: MINC, FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 1995.

GUSMÃO, NEUSA MARIA MENDES DE. **PROJETO MAPEAMENTO E SISTEMATIZAÇÃO DAS ÁREAS REMANESCENTES DE QUILOMBOS: 1º RELATÓRIO DE TRABALHO – COMUNIDADE NEGRA DE CAMPINHO DA INDEPENDÊNCIA, PARATI – RJ**. FCP, UFAL, 1997. 18 P

HOFFMANN, MARIA BARROSO. MAPEAMENTOS PARTICIPATIVOS E ATORES TRANSNACIONAIS: A FORMAÇÃO DE IDENTIDADES POLÍTICAS PARA ALÉM DO ESTADO E DOS GRUPOS ÉTNICOS. IN: ACSELRAD, HENRI (ORG.). **CARTOGRAFIA SOCIAL E DINÂMICAS TERRITORIAIS: MARCOS PARA O DEBATE**. RIO DE JANEIRO: IPPUR, UFRJ, 2010. P. 47–80.

IBRAM. MUSEU FORTE DEFENSOR PERPÉTUO. **UMA BREVE HISTÓRIA DE PARATY**. 2. ED. BRASÍLIA: IBRAM, 2022.

LIMA, ANTONIO CARLOS DE SOUZA. FAZENDO ESTADO: O ESTUDO ANTROPOLÓGICO DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS COMO PARTE DOS PROCESSOS DE FORMAÇÃO ESTATAL. **REVISTA DE ANTROPOLOGIA**, V. 55, N. 2, 2013.

LIMA, ANTONIO CARLOS DE SOUZA. A ANTROPOLOGIA E O ESTADO NO BRASIL: BREVES NOTAS ACERCA DE UMA RELAÇÃO COMPLEXA. IN: FRANCH, MÔNICA; ANDRADE, MARISTELA; AMORIM, LARA (ORG.). **ANTROPOLOGIA EM NOVOS CAMPOS DE ATUAÇÃO: DEBATES E TENSÕES**. JOÃO PESSOA: MÍDIA GRÁFICA E EDITORA, P. 23–39, 2015.

LIMA, ANTONIO CARLOS DE SOUZA; DIAS, CAIO GONÇALVES. ANTROPOLOGIA E ESTADO NO BRASIL: QUESTÕES EM TORNO DE UMA RELAÇÃO COMPLEXA (VERSÃO REVISTA E EM PORTUGUÊS). IN: ANTONIO CARLOS DE SOUZA LIMA; CAIO GONÇALVES DIAS. (ORG.). MAQUINARIA DA UNIDADE; BORDAS DA DISPERSÃO: ESTUDOS DE ANTROPOLOGIA DO ESTADO. RIO DE JANEIRO: 7LETRAS, 2021, P. 504-532.

LIMA, LÍVIA RIBEIRO. **QUILOMBOS E POLÍTICA DE RECONHECIMENTO: O CASO DO CAMPINHO DA INDEPENDÊNCIA.** DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM ANTROPOLOGIA). PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2009.

MILLER, DANIEL. **TRECOS, TROÇOS E COISAS: ESTUDOS ANTROPOLÓGICOS SOBRE A CULTURA MATERIAL.** TRADUÇÃO RENATO AGUIAR. RIO DE JANEIRO: ZAHAR, 2013.

MONTERO, PAULO; ARRUTI, JOSÉ MAURÍCIO; POMPA, CRISTINA. POR UMA ANTROPOLOGIA DO POLÍTICO. IN: GURZA-LAVALLE, ADRIÁN (ORG.). **EL HORIZONTE DE LA POLÍTICA: BRASIL Y LA AGENDA CONTEMPORÁNEA DE INVESTIGACIÓN EN EL DEBATE INTERNACIONAL.** MÉXICO: CENTRO DE INVESTIGACIONES Y ESTUDIOS SUPERIORES EN ANTROPOLOGÍA SOCIAL, P. 164-202, 2011.

OLIVEIRA, JOÃO PACHECO DE. **O NASCIMENTO DO BRASIL E OUTROS ENSAIOS: “PACIFICAÇÃO”, REGIME TUTELAR E FORMAÇÃO DE ALTERIDADES.** RIO DE JANEIRO: CONTRA CAPA, 2016.

SILVA, MARIA DA GLÓRIA LANCI DA. **CIDADES TURÍSTICAS: IDENTIDADES E CENÁRIOS DE LAZER.** SÃO PAULO: ALEPH, 2004. (SÉRIE TURISMO)

TURNER, TERENCE. REPRESENTING, RESISTING, RETHINKING: HISTORICAL TRANSFORMATIONS OF KAYAPO CULTURE AND ANTHROPOLOGICAL CONSCIOUSNESS. IN: STOCKING JR., GEORGE W. (ED.). **COLONIAL SITUATIONS: ESSAYS ON THE CONTEXTUALIZATION OF ETHNOGRAPHIC KNOWLEDGE.** MADISON, WISCONSIN: THE UNIVERSITY OF WISCONSIN PRESS. (HISTORY OF ANTHROPOLOGY, V. 7)

VENANCIO, VINÍCIUS. CREATED IN CABO VERDE: DISCURSOS SOBRE A NAÇÃO NA PRODUÇÃO DE SUVENIRES “GENUINAMENTE” CABO-VERDIANOS NA ILHA DE SANTIAGO. 2020. TESE DE DOUTORADO. DISSERTAÇÃO - MESTRADO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL. UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, BRASÍLIA.

WRIGHT, SUSAN. THE POLITICIZATION OF CULTURE. ANTHROPOLOGY TODAY, V. 14, N. 1, P. 7-15, 1998.